

revista Fenavist



5^a Edição do Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional

Confira flashes..... págs. 6 a 13

Cartilha Lei Anticorrupção: Importante Ferramenta **Pág. 14**

SEMEEESP atua pelo segmento de Escolta Armada **Pág. 25**

Seguro de Vida em Grupo FENAVIST **Pág. 18, 19, 20 e 21**

Setor contra aumento do PIS/COFINS **Pág. 16**

Jogos Olímpicos podem desfalcarg segurança privada **Pág. 15**



***FIQUE POR DENTRO
DAS NOVIDADES DA
SEGURANÇA PRIVADA.***



***Acesse nossa página no Facebook
<https://www.facebook.com/pages/Fenavist/493302744063015>***





Muito trabalho, em 2015. Muitas conquistas, em 2016!

Essa edição da Revista FENAVIST registra os principais fatos do trabalho de nossa Federação no segundo semestre de 2015, um período de muito esforço por parte de todos os diretores e colaboradores da entidade. Com a iminente votação do Estatuto da Segurança Privada, empresários de todo o país têm se mobilizado em reuniões, visitas a parlamentares e muitas outras ações em prol da agilização da criação dessa lei mais moderna e abrangente do nosso mercado.

2015 foi um ano muito intenso! Além de vivenciarmos uma crise econômica e política sem precedentes e que já extinguiu 24.018 postos de trabalho das empresas de segurança e transporte de valores, de janeiro a outubro de 2015, também lidamos com as questões específicas da nossa área como o já citado Estatuto, questões tributárias como a do PIS/Cofins, questões trabalhistas devido à arcaica legislação, combate à atuação de empresas clandestinas, tudo isso sem contar com a regular concorrência derivada do cada vez maior profissionalismo de nossas instituições legítimas.

Enfim, nosso esforço tem sido grande! E só tem sido possível graças ao empenho de nossos diretores, representantes dos sindicatos de todo o país, pessoas que têm deixado de lado seus próprios interesses em prol do benefício da coletividade. Para brindar estes esforços e reconhecer no mercado empresas que se mantêm firmes resistindo às intempéries de toda ordem, empregando milhares de trabalhadores comemoramos o Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional e Estadual.

Agradeço a participação de todos os empresários que elevam a reputação de nosso mercado, agindo idoneamente.

Em 2016, teremos ainda muito a lutar e a conquistar. E esperamos contar com todos novamente!

Um grande 2016 para todos nós!

Jeferson Furlan Nazário
PRESIDENTE NACIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente Nacional

João Eliezer Palhuca

Vice- Presidentes

Leonardo Vieira, Odair de Jesus Conceição, Frederico Muniz Junqueira de Almeida, Urubatan Estevam Romero, Elson Batista Ramos, Victor Saeta de Aguiar, Jefferson Marques de Quadros, Jacymar Delfinno Dalcamini, Ruben Schechter, Leonardo Ottoni Vieira, Danilo Medeiros Braulino, José Jacobson Neto, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Agostinho Rocha Gomes, Mario Giannini Baptista de Oliveira, Francisco Lopes, Ricardo Tadeu Corrêa, Dilmo Wanderley Berger, Eliete Carius Lins e Silva, Augusto Farias, Leonardo Cavalcanti Prudente, Luiz Alfonso Fregulia, Patrocínio Valverde de Moraes Neto, Aprigio Rello Júnior, Marcos Félix Loureiro, José Rossini de Araújo Braulino, Ari Luis Favero Dal Bem, Jerfferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Sílvio Renato Medeiros Pires, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Ricardo Kuerten Dutra,IVALDO VICENTE NAVES, João Batista Diniz Junior, Irenaldo Pereira Lima, José Nivaldo Campos Vieira, José Adir Loiola, Flávio Sandrini Baptista, Domingos Alcântara Gomes, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Wanderley Aranha, José Luis Marques Rodrigues, Joseph Ribamar Madeira, José Caetano Rodrigues Horta, Salmen Kamal Ghazale, Avelino Lombardi, José Pacheco Ferreira, José Helder de Souza Andrade, Francisco de Assis Veras Fortes, Raimundo Nonato Caldeira da Silva, Frederico Carlos Crim Camara, Marcos Vinícius Castro Nascimento, Ricardo Roland Rocha, Aldair Neves Pinto Junior, Autair Iuga, Antônio Laete Cabral Filho, Ivan Hermano Filho, João José Andrade de Almeida, Francisco de Assis, Sidney Tinoco, Renato Fortuna Campos, André Luiz Costa Machado, José Evaldo Vieira, João Bosco Suzano Giantaglia, Waldemar Pellegrino Júnior, Paulo Cesar Baltazar Viana, Paulo Sérgio Macêdo, Marco Antônio Alegre da Costa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Amauri de Oliveira Soares, Adriano Macedo da Fonseca, William Benfica Silva, Edmilson Pereira de Assis, Antônio Vasco Pereira Filho, Leslie Castelo de Vasconcelos, Jonivaldo de Oliveira Moreira

Vice-Presidentes Regionais

Renê Rodrigues de Mendonça Filho, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Lauro Santana Silva, Cesar Marques de Carvalho, Ângelo Roberto Jacomini, Nilva Aparecida Lopes Jacomini, Carlos Eduardo Escobal, Alberto Minazzoli, Paulo Renato Pacheco, Jerri Bertoni Macedo

Conselho Fiscal

Lélio Vieira Carneiro, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Sandro Maurício Smaniotto, Ivan Zanardo, Manoel dos Anjos Almeida, Vivaldi Pereira Rodrigues.

Delegados Representantes

Odair de Jesus Conceição, Lélio Vieira Carneiro, José Adir Loiola, Urubatan Estevam Romero

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair de Jesus Conceição

Edição e Textos

Flávia Di Ferdinando

Lilian Ferracini

Lorena Braga de Siqueira

Fotos

Ascom-Fenavist

Layout e Diagramação

Ferracini Comunicação e Serviços Ltda.

Impressão

Gráfica Athalaia

Tiragem: 5.500

06	Premiação da FENAVIST traz reconhecimento ao setor
14	Cartilha Lei Anticorrupção: importante ferramenta para o empresário
15	Jogos Olímpicos podem desfalcar a segurança pública
16	Setor de serviços mobiliza-se para evitar o aumento do PIS/Cofins
18	Seguro de Vida em Grupo FENAVIST
20	Seguro de Vida para Vigilantes: Base de Cálculo
22	Lançamento da Campanha de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina acontece em São Paulo
25	SEMEEESP atua pela representatividade do segmento de escolta armada
30	ABREVIS E FENAVIST comprometidas com a valorização da segurança privada
31	Mediação, conciliação e arbitragem em debate na CEBRASSE
32	PROGUARDA é parceira do Hospital Araújo Jorge
34	Congresso nacional do Sicomércio 2015 realizado no Rio de Janeiro
35	ABESE promove congresso gratuito sobre segurança eletrônica
36	Exposição Internacional de Segurança SICUR, será em Madri
38	O Estatuto da Segurança Privada
40	Informação Segura
41	XXVIII GEASSEG aconteceu em Manaus
42	Presidente da FENAVIST participou de Encontro de Empresários de Segurança, em São Paulo
43	FENAVIST e FEBRAC promovem reunião com assessores jurídicos em Brasília
44	Coluna Sindicatos
46	Coluna Gente

Premiação da FENAVIST traz reconhecimento ao setor



A premiação foi o ponto alto da confraternização da FENAVIST e trouxe ainda mais reconhecimento às empresas do setor

A Premiação Mérito e Benemérito de Segurança Privada promovida pela FENAVIST, no dia 25 de novembro, imprimiu ainda mais reconhecimento às empresas de segurança do país. Cerca de 400 pessoas participaram da solenidade e confraternização entre as empresas que geram mais de 700 mil empregos com carteira assinada. Também participaram os mais importantes representantes de entidades de segurança privada, e de serviços gerais do país, assim como autoridades da Polícia Federal, como a Coordenadora Geral de Controle da Segurança Privada, Dra. Silvana Borges.

Em seu discurso, o Presidente da FENAVIST, Jeferson Furlan Nazário, disse que “o grande e significativo desafio para o nosso setor é a luta pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada que tramita no Congresso Nacional. O Estatuto da Segurança Privada já está na pauta para a votação no Plenário da Câmara dos Deputados, o qual temos acompanhado diuturnamente, pois todos os passos neste momento são muito importantes para aprovação desta Lei.

Temos a convicção de que o único caminho para manter nossa atividade viva é através do fortalecimento da representação classista com os nossos Sindicatos e a Federação, para bem nos representar e defender.



Cristiane Oliveira, Jeferson Furlan Nazário, Ana Paula Queiroga, João Palhuca.



João Palhuca, Rui Marques, Jeferson Furlan Nazário e Flávio Sandrini

*Ao lado, Edson Pinto,
João Palhuca, Agostinho
Gomes, Jeferson Furlan
Nazário, Urubatan
Romero*



Edson Pinto, Jeferson Furlan Nazário e Orlando Maia



*Joni Amorim,
Alfredo Ibiapina,
Jeferson Furlan
Nazário e Rogério
Queiroz*



*Mário Baptista,
Marcos Paiva,
Marcelo Baptista
e Jeferson Furlan
Nazário*



*Berardino Fanganiello, Dep. Fed. Major Olímpio,
Jeferson Furlan Nazário*



*Abaixo, Cléria
Santos, Urubatan
Romero,
Deputada Federal
Gorete Pereira,
César Marques
Carvalho*



*João Palhuca,
Marco Antonio
Lopes, Jeferson
Furlan Nazário,
Ricardo
Tadeu Corrêa,
João Pedro
Novelli, Marco
Cavalcante*



*Jeferson Furlan
Nazário, Joaquim
Cláudio Figueiredo
Mesquita Edgar
Segato, Deputado
Federal João Campos,
Leonardo Ottoni*



*Luciane Nazário, Jeferson Furlan Nazário,
Jacymar Dalcamini e sua esposa Cláudia Capato*



*Jeferson Furlan Nazário, Deputado Federal Osmar Serraglio,
Luiz Alfonso Fregulia*



Ricardo Dutra e esposa, João Palhuca, Dildo Berger e esposa, Jeferson Furlan Nazário, Gil Belegante e Francisco Aguiar



Odair Conceição, Cléria Santos, Olga Regina e Jeferson Simões



Dra. Silvana Borges, Coordenadora Geral de Controle da Segurança Privada (DPF) e Jeferson Furlan Nazário

Prêmio Diretor e Sindicato do Ano



Carlos Escobal, premiado como Diretor do Ano



O Sindicato de Goiás foi premiado como Sindicato do Ano. O Presidente Leonardo Ottoni, à esquerda, recebendo a premiação.

Categoria Mérito da Segurança Privada



Edgar Segato entregou a premiação da Categoria Cristal, destinada a empresas com 5 a 9 anos de atuação no mercado com o mesmo CNPJ. Foram premiadas as empresas DMB Segurança Privada, EMPARSEG Vigilância, GSS Segurança, Harpia Serviços de Segurança Privada, Intersept Vigilância e Segurança, Laboral Segurança e Vigilância Patrimonial, Lince Segurança Patrimonial, Serval Serviços de Segurança, Viperfort Serviços de Segurança.



Odair Conceição entregou a premiação da Categoria Bronze, destinada a empresas com 10 a 14 anos de atuação no mercado com o mesmo CNPJ. Foram premiadas as empresas Amazon Security, ARTSEG Segurança e Vigilância, Centro Técnico de Formação de Vigilantes, CET SEG Segurança Armada, CSN Corpo de Segurança do Nordeste, Esquadra Transporte de Valores & Segurança, Hopevig Segurança de Valores, Patrimônio e Segurança Armada, Protemaxi Segurança Patrimonial Armada, Sefra Segurança e Vigilância Privada, Sistemare Vigilância, Total Vigilância e Segurança.



Jerfferson Simões entregou a premiação da Categoria Prata, destinada a empresas com 15 a 19 anos de atuação no mercado com o mesmo CNPJ. Foram premiadas as empresas Breton Tecnologia em Segurança, Columbia Segurança e Vigilância Patrimonial, Confederal Vigilância e Transporte de Valores, Elo Serviços de Seg. e Vig., Embrasil Emp. de Segurança, Ethics Serv. de Vig. e Segurança, Evik Seg. e Vigilância, Fiel Vigilância, Force Vigilância, Global Segurança, Macor Seg. e Vigilância, Madri Serviços de Segurança, Mundiseg Vigilância, Polonorte Seg. da Amazônia, Proguarda Vig. e Segurança, Qualiseg Seg. e Vigilância, Soberana Seg. e Vigilância, TAE Seg. Privada, Tecnoguarda Vig. e Transp de Valores, Transexcel Seg e Transporte de Valores, Veper Serviços de Vigilância.



José Jacobson Neto entregou a premiação da Categoria Ouro, destinada a empresas com 20 a 24 anos de atuação no mercado com o mesmo CNPJ. Foram premiadas as empresas Agil Emp. de Vigilância, Centro de Form. de Agentes Patrimoniais, City Service Seg., Escolta Serv. de Vig. e Seg., Fortebanco Vig. e Segurança, Global Service Vig. e Seg., Griffó Serv. de Seg. e Vigilância, Guardiã Seg. e Vig., GuardSecure Seg. Empresarial, Hércules Vig. e Segurança, Invernada Guarda de Seg. e Vig., MAP Serv. de Seg., MD Serv. de Segurança, Muralha Seg. Privada, North Segurança, Pro Security Seg. Patrimonial, Proforte S/A Trans. de Valores, Segura Seg. Privada, Suprema Seg. Patrimonial, Verzani & Sandrini Seg. Patrimonial, Vigilância Radar, Visam Vigilância e Segurança da Amazônia.



Lélio Vieira Carneiro entregou a premiação da Categoria Platina, destinada a empresas com 25 a 29 anos de atuação no mercado com o mesmo CNPJ. Foram premiadas as empresas Nacional Vigilância e Segurança, BSS Serviços de Vigilância e Segurança, Mendes e Ferreira Segurança Patrimonial, PCT Centro de Treinamento, Power Segurança e Vigilância, SERVNAC Segurança, VSG Vigilância Segurança em Geral Ltda.



Jeferson Furlan Nazário entregou a premiação da Categoria Diamante, destinada a empresas com mais de 30 anos de atuação no mercado com o mesmo CNPJ. Foram premiadas as empresas Ceará Seg. de Valores, Confederal Vig. e Transp. de Valores, Corpvs Corpo de Vigilantes Particulares, Empresa Portoalegrense de Vig., GP Guarda Patrimonial de S.Paulo, G4S Vanguarda Seg. e Vig, Liserve Vig. e Transp de Valores, Master Vig. Especializada, Norserv Nordeste Seg. de Valores, Ondrepsb Serv. de Guarda e Vigilância, Onseg Serv. de Vig. e Seg., Orcali Serv. de Seg, Orsegups Org. de Serv de Seg. Princesa da Serra Ltda., Preserve Seg. e Transporte de Valores, Prosegur Brasil S/A Transportadora de Valores e Seg, Protege S/A Proteção e Transporte de Valores, Rodoban Segurança e Transporte de Valores, Segvap Segurança no Vale do Paraíba, Serviarm Serviço de Vigilância Armada, STV Segurança e Transporte de Valores.

Categoria Benemérito Estadual

O Prêmio Benemérito da Segurança Privada Estadual destina-se a enaltecer personalidades e instituições que ao longo dos últimos anos contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da atividade em seus Estados.



Advogado Francisco Charles Cunha Garcia Jr, pelo Amazonas



Empresário Odair Conceição, por Bahia



Executivo Milton Pimentel, pelo Ceará



Advogado Mario Henrique Peters Farinon, pelo Rio Grande do Sul



Delegado da PF Sandro Torres Avelar, pelo Distrito Federal



Secr. Est. Seg. Pública de Goiás, Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita, por Goiás



Empresário Renato Fortuna recebeu a homenagem em nome da Chefe de Seção das Rel. de Trab. da SRTE/MG, Dra. Alessandra Parreiras Fialho, por Minas Gerais



Empresário Waldemar Pellegrino Jr. por São Paulo



Empresário Ivaldo Vicente Nunes, por Minas Gerais



Executivo do Sindesp-MT Cipriano Lima de Matos, por Mato Grosso



Deputado Federal Jarbas Vasconcelos, por Pernambuco



Empresário Ricardo Kuerten Dutra, por Santa Catarina



Coronel da PM Alípio José de Melo Castelo Branco, por Piauí



Empresário Jerfferson Simões, pelo Paraná



Deputado Federal Felipe Maia, pelo Rio Grande do Norte



Empresário José Adir Loiola, por S.Paulo (SEMEESP)

Categoria Benemérito Nacional

O Prêmio Benemérito da Segurança Privada Nacional destina-se a reverenciar personalidades e instituições que ao longo dos últimos anos contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento da atividade no país.



R. Empresarial - Marcelo Baptista



R. Parlamentar - Dep. Fed. Major Olímpio



R. Setor Regulador - Maria Emília Piccinini Veras



R. Profissional Liberal - Lirian Sousa Soares Cavalheiro



R. Entidade de Classe - Cel. Francisco Lopes, Pres. da ABCFAV



R. Entidade de Classe - José Jacobson Neto, Pres. da ABREVIS



R. Categoria Imprensa - Orlando Videira, da Bandnews

Os premiados são uma amostra da variedade de profissionais e entidades que fazem a excelência da Segurança Privada Nacional. Parabéns a todos.

Confira todas as fotos do evento no site da FENAVIST
www.fenavist.com.br

Cartilha Lei Anticorrupção é uma importante ferramenta para o empresário

Neste mês de Dezembro, foi lançada pela FENAVIST (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores) e Febrac (Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação), a cartilha sobre a “Lei Anticorrupção” produzida pela advogada - Dra. Soraya Cardoso Santos, com a orientação - Dra. Hivyelle Brandão (Assessora Executiva e de Negócios).

O objetivo do empenho na confecção desse material é informar e sanar dúvidas de sindicatos patronais e das empresas de segurança privada, sobre as normas e regulamentações dessa nova lei.

A Lei 12.846/2013, chamada de “Lei Anticorrupção” foi regulamentada pelo Decreto nº 87.420 de 18 de março de 2015. Ela prevê punições severas às empresas que praticarem atos de corrupção contra a Administração Pública Nacional ou Estrangeira, inclusive, às sociedades empresárias, personificadas ou não, bem como fundações, associações de entidades/ pessoas, ou sociedades estrangeiras, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Segundo o Presidente Nacional da FENAVIST, Jeferson Nazário Furlan, a cartilha é um importante instrumento para os empresários.

“Não restam dúvidas de que a cor-



**CARTILHA DA LEI
ANTICORRUPÇÃO**
12.846/13

**Principais tópicos e orientações
de ações a serem adotadas**

Fenavist

Febrac

rupção é um fenômeno transnacional, fruto da intensa globalização, que requer o seu combate internacionalmente, tornando indispensável a criação de normas que promovam o fortalecimento e o desenvolvimento de mecanismos de prevenção, constatação, punição e erradicação da

corrupção, como ocorre com a Lei em questão. A Lei Anticorrupção pode apresentar um avanço ao mundo empresarial, possibilitando a livre concorrência e a meritocracia, especialmente, quando se trata de processos licitatórios” esclarece o Presidente da Fenavist.

Jogos Olímpicos podem desfalcar a segurança pública, alerta presidente da FENAVIST

Faltando menos de um ano para a realização dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro e outras capitais, alguns pontos importantes para o funcionamento do torneio mundial ainda não estão definidos. É o caso da segurança dos Jogos. No final da Copa do Mundo de 2014, foi anunciado que seriam contratados aproximadamente 16 mil profissionais de segurança privada para que reforçassem a segurança nos espaços e regiões envolvidos com os Jogos Olímpicos.

Em março de 2015, o secretário da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ), ligada ao Ministério da Justiça, Andrei Rodrigues, anunciou que os governos federal e estadual assumirão a segurança interna e patrimonial das 159 instalações olímpicas durante os Jogos de 2016. Com isso, ficou decidido que os milhares de seguranças particulares que fariam o trabalho inicialmente, serão substituídos por forças policiais.

A decisão foi criticada por especialistas em segurança, pois tende a prejudicar o trabalho de patrulhamento das cidades durante a realização das Olimpíadas e fragilizar a segurança pública durante o evento. “O Brasil conta com cerca de 700 mil profissionais de segurança privada ativos, com registro profissional emitido pela Polícia Federal e capacitações que autorizam, inclusive, o porte de arma. Esse recurso foi essencial para garantir a segurança na Copa do Mundo de 2014 e, sem esse aparato, os Jogos Olímpicos, e principalmente a população, perderão em segurança”, alerta Jeferson Furlan

Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos diz que não contará com segurança privada e que tirará da segurança pública o aparato necessário para o período



Nazário, presidente da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (FENAVIST).

Além de alertar sobre a possibilidade de não haver segurança privada na competição, Furlan critica o atraso na definição. “Aqueles empresas ou consórcios que estiverem certos de que irão trabalhar no evento, vão se preparar com antecedência para reunir pessoal, matricular profissionais em cursos especializados, preparar treinamentos de simulação e o que mais for necessário. Tais iniciativas de capacitação representam custos adicionais que somente serão assumidos diante da certeza da prestação dos serviços”, pontua.

“Havendo planejamento e tempo hábil, o Brasil certamente não repetirá

as sérias dificuldades em segurança enfrentadas nas Olimpíadas de Londres, em 2012, o que motivou a entrada de militares das forças armadas para garantirem a segurança do evento”, afirma o presidente da FENAVIST, acrescentando que “o que não pode acontecer é a população perder segurança pública durante os jogos ao mesmo tempo que temos serviços capacitados para suprir a demanda e garantir o bom funcionamento do evento”.

A FENAVIST enviou uma carta ao secretário Andrei Rodrigues tratando sobre a estratégia equivocada de não contar com segurança privada nos Jogos Olímpicos. Uma reunião para discutir o assunto seria marcada, mas nenhum passo foi dado e a incerteza sobre o funcionamento da segurança no período ainda persiste.

Setor de serviços mobiliza-se para evitar o aumento do PIS/Cofins

Frente Parlamentar e 19 organizações repudiam ideia de elevação das contribuições sociais e recebem com desconfiança a análise feita pela Receita Federal que descarta elevação de tributos



Líderes parlamentares e empresariais ligados ao setor de serviços prepararam-se para promover uma grande mobilização contra eventual proposta do governo para aumentar a arrecadação com a reforma e unificação das contribuições sociais do PIS/Cofins, prevista para setembro.

Essa será uma das bandeiras contra eventual elevação de tributos que será levantada pela Frente Parlamentar em Defesa Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo e 19 organizações do setor de serviços.

O movimento conta com o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Recentemente, ele reafirmou promessa de campanha para chegar ao cargo de que não aceitará aumento de tributos. “Precisamos evitar é que seja formalizada uma proposta de aumento da carga tributária do PIS/Cofins”, afirmou ao DCI o deputado federal Laércio Oliveira (SDD-SE).

Oliveira é vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Em-

preendedorismo e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). “Somente não haverá aumento do PIS/Cofins se o setor de serviços puder compensar o pagamento de insumos - o que acontece com a indústria e o comércio. Isso se o governo aceitar considerar como insumos do setor de serviços os gastos com pessoal e tributos”, afirmou.

A Frente Parlamentar afirma que o setor representa 67,4% do PIB nacional e mais de 70% dos empregos formais. Conta com o apoio de qua-

se 270 deputados federais e mais de 30 senadores. É também apoiada por sete grandes entidades, a exemplo da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Nota não elimina o temor

Em São Paulo, 19 organizações assinaram documento de repúdio à proposta do governo de unificar os dois tributos, que será enviado aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), com cópia para todos os 513 parlamentares federais.

Em seminário na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), as entidades argumentaram que a proposta pode gerar aumento de 3% no preço final dos produtos ao consumidor e elevar a carga tributária.

A preocupação das organizações é também baseada em pesquisa encomendada pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) sobre o impacto tributário da unificação do PIS e da Cofins no setor de serviços. O resultado apontou que aumentar em R\$ 35,2 bilhões a carga tributária dos prestadores de serviços.

“Tais afirmações estão completamente

equivocadas”, rebateu a Receita Federal, em nota oficial. “O montante total que será arrecadado com o novo tributo será o mesmo que se arrecada com o PIS/Cofins.”

A nota da Receita ressalta que os estudos para a reforma do tributo ainda estão em curso e que não foram definidas as alíquotas e as bases do novo imposto. Segundo o órgão, a intenção é criar um tributo sobre valor agregado nos moldes adotados na Europa e em países da América Latina. “Esta forma de tributação é, sem dúvida, mais justa do que a atual”, completa o texto.

A Receita disse ainda que a reforma levará em consideração a simplificação na apuração do tributo, a neutralidade econômica e o ajustamento de regimes diferenciados, além de tratamento favorecido das pequenas empresas. “Todas as definições adotadas na preparação da proposta a ser apresentada têm tido como diretriz fundamental a manutenção da arrecadação total das contribuições nos patamares médios dos últimos anos, sem qualquer aumento ou redução”, completa a nota.

Desconfiança

Para o diretor Político Parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon, a nota da Receita foi bem recebida e demonstra

que o esforço da entidade atingiu seu objetivo no sentido de fazer o governo se manifestar sobre eventual aumento de imposto. “Mas, nesse momento difícil em que o País, é difícil imaginar que o governo resolva unificar dois tributos apenas para simplificar”, desconfia Pietrobon.

O estudo da Fenacon diz que, “entre os empresários, seus contadores e analistas tributários, o consenso é de que o atual modelo não cumulativo traz benefícios apenas ao comércio e indústria, ou melhor, penaliza menos estes setores. Caso haja a manutenção do método subtrativo indireto na unificação, conforme noticiado, serão penalizadas as atividades que possuem maior concentração do custo em mão de obra na condição empregados”.

As empresas pagam por meio do sistema cumulativo alíquota de 3,65% (0,65% para o PIS e 3% para Cofins) e no não cumulativo 9,25% (1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins). Segundo especialistas, é provável que as alíquotas subirão para compensar a ampliação dos créditos. Responsável por 45,19% dos Cadastros Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJs), o setor de serviços totaliza mais de 7,2 milhões de estabelecimentos ativos.

Fonte: DCI

Seguro de Vida em Grupo Fenavist

“Por ser muito amplo, o seguro de vida é indicado às pessoas em idade produtiva, ou seja, que estejam trabalhando, de modo a cobrir, em caso de sinistro, as mais variadas despesas de seus dependentes, em caso de falecimento, ou próprias, em caso de alecimento, ou próprias, em caso de invalidez permanente, incapacidade temporária, internação, doenças graves, entre outros, mantendo seu padrão de vida”.

A FENAVIST, no intuito de promover melhorias para o setor de segurança privada e transporte de valores e fomentar o Projeto Fenegócios, comunica a todos os sindicatos filiados e empresas associadas que firmamos um contrato de “Seguro de vida em Grupo FENAVIST”, que será comercializado pela PREVISUL Seguradora, membro do Grupo Caixa Seguros.

O produto foi idealizado para atender a Resolução CNSP 05/84 e as particularidades de cada estado, com um atendimento diferenciado e o melhor custo benefício.

Para explicar os benefícios do Seguro de vida em Grupo, o Diretor de Negócios da Previsul Seguradora, Renato Pedroso, concedeu a seguinte entrevista:

Revista FENAVIST - Quais são os benefícios do seguro de vida? Em quais situações ele é indicado?

Renato Pedroso: São inúmeros os benefícios, a começar pelas coberturas que podem ser usu-



O Diretor de Negócios da Previsul Seguradora, Renato Pedroso

fruídas em vida, a exemplo das coberturas de renda temporária por incapacidade.

Por ser muito amplo, o seguro de vida é indicado às pessoas em idade produtiva, ou seja, que estejam trabalhando, de modo a cobrir, em caso de sinistro, as mais variadas despesas de seus dependentes, em caso de falecimento, ou próprias, em caso de invalidez permanente, incapacidade temporária, internação, doenças graves, entre outros, mantendo seu padrão de vida.

Revista FENAVIST - O que é preciso levar em conta na hora de contratar um seguro de vida?

Renato Pedroso: É preciso levar em conta a renda do segurado, de modo a possibilitar a manutenção da qualidade de vida em caso de sinistro. Como exemplo, posso citar a renda por incapacidade temporária, que tem por objetivo garantir a renda mensal auferida pelo segurado, com curso superior, em caso de incapacidade decorrente de doença ou acidente, pelo período de até 365, com carência de apenas 15 dias.

Com isso, o profissional que estiver incapacitado temporariamente de exercer sua atividade laboral, poderá manter seu padrão de vida até sua completa reabilitação.

Já no caso de falecimento, é importante aos dependentes contarem com recursos financeiros de imediato, de modo a suprir necessidades diárias da família, como, por exemplo, a escola dos filhos.

É importante destacar, neste ponto, que o capital segurado não integra o espólio, ou seja, não é objeto do inventário, sendo disponibilizado pela Seguradora, em até 30 dias após o aviso de sinistro, com documentação completa.

Revista Fenavist - “O seguro de vida é para a vida”. Por favor, explique essa frase.

Renato Pedroso - Como expliquei nas perguntas anteriores, o seguro de vida não está restrito a cobertura de morte, como muitos pensam. O seguro de vida possui as mais diversas coberturas, visando a tranquilidade do segurado durante sua vida, como a renda temporária ou invalidez permanente.

Um dos melhores exemplos é o seguro prestamista, que é uma modalidade de seguro de vida que tem por objetivo quitar uma dívida contraída pelo segurado em vida, para aquisição de um bem material, ainda, para um empréstimo pessoal, em caso de invalidez permanente ou doença grave, além, claro, da cobertura de morte.

Em resumo, acredito que as pessoas devem se informar sobre a amplitude das coberturas de seguro de vida, e garanto que ao fazê-lo, ficarão surpresas com a variedade de coberturas destinadas a auxiliar o segurado em vida e, certamente, entenderão a necessidade de sua contratação, muito antes do seguro de automóvel, por exemplo.

Para isso, nada melhor que buscar o auxílio do Corretor de Seguros, que é o responsável pela orientação da melhor opção de seguro ao segurado e, também, a única figura autorizada a intermediar seguros no Brasil, já que as Seguradoras não podem vendê-lo direto ao consumidor.

Seguro de Vida para Vigilantes: BASE DE CÁLCULO



Soraya Cardoso Santos

Assistente Jurídico da FENAVIST



Em 1983, foi publicada a Lei nº 7.102/83, que dispõe sobre a Segurança Privada, prevê, em seu artigo 19, IV, que o vigilante goza do direito ao seguro de vida em grupo custeado pela empresa empregadora.

Embora se tratar de atos normativos arcaicos, muitos não os conhecem e, conseqüentemente contratam seguros de vida em desconformidade com a legislação, submetendo-se automaticamente a riscos que desconhecem.

Desse modo, é importante se destacar que, ao contratarem o seguro de vida em grupo, os empresários fiquem atentos à legislação, bem como à convenção coletiva de trabalho - ato normativo *sui generis* em que estabelece as peculiaridades do Estado -, a qual é submetida, especialmente, no que tange a sua base de cálculo.

Conforme a Resolução SUSEP nº 05/84, a cobertura mínima do seguro de vida, em caso de morte por qualquer causa, deve ser 26 (vinte e seis) vezes a última remuneração

do vigilante falecido e, em caso de invalidez permanente total, 52 (cinquenta e duas) vezes a última remuneração do segurado.

Nesse sentido, é oportuno destacar que a remuneração é a soma do salário contratualmente estipulado, observando o piso salarial estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho do respectivo Estado, com as vantagens percebidas (horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade e outros).

Ocorre que, a nível nacional, constata-se que há convenções coletivas do trabalho que estabelecem como a base de cálculo o piso salarial, ao invés, da remuneração, o que contraria diretamente a legislação vigente.

É imprescindível esclarecer que, levando em consideração que o seguro de vida é um benefício assegurado aos empregados e, portanto, vantagem decorrente do contrato de trabalho, deve-se observar o princípio da norma mais favorável, inerente ao Direito do Trabalho, que define que “havendo pluralidade de normas, com vigência simultânea, aplicáveis à mesma situação jurídica, deve-se optar pela mais favorável ao trabalhador”.

Isto é, se há um ato normativo que aduz que o benefício do seguro de vida deve ter como base de cálculo a última remuneração (via de regra, maior que o piso salarial) e, por outro lado, a convenção coletiva do trabalho (CCT) que define como base de cálculo o piso salarial, caso a empresa deixe de aplicar a Resolução nº 05/84 (norma mais favorável) e efetue o pagamento da cobertura com base no piso salarial nos moldes da CCT (norma menos favorável), a empresa estará submetida ao risco de futuramente ser condenada ao pagamento da diferença de valores, acrescido de juros, correção monetária e, conforme o entendimento de alguns tribunais, dos danos morais em favor dos beneficiários do seguro de vida, o que pode lhe ocasionar sérios prejuízos à empresa.

Ademais, ressalta-se que as empresas que deixam de obser-

var as exigências legais ao contratarem o seguro de vida, também, estão submetidas ao risco de serem punidas pelo Departamento de Polícia Federal, como reiteradamente tem ocorrido em todo o País, bem como serem submetidas a fiscalizações e sanções pelo Ministério Público do Trabalho, o que, também, pode gerar fortes transtornos à empresa.

Não bastasse isso, é indispensável enfatizar que as empresas com apólices de seguro de vida com condições contrárias à legislação estão submetidas ao risco de serem consideradas inaptas em processos licitatórios por descumprimento de preceito legal, podendo ocasionar prejuízos irreparáveis às empresas.

Assim, essa Federação orienta que as empresas de segurança privada e transporte de valores fiquem atentas às exigências legais para a contratação do seguro de vida privada para vigilantes, a fim de evitar danos irremediáveis.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 1983, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7102.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

BRASIL, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro 1983. Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências”. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 1983, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D89056.htm>. Acesso em 02 de dez de 2015.

Lançamento da Campanha de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina acontece em São Paulo

Aconteceu no dia 7 de dezembro passado, o lançamento da Campanha de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina – ETAPA SÃO PAULO, na sede da Polícia Federal em São Paulo. O intuito da Campanha é alertar a população sobre os perigos da contratação de empresas de segurança privada que não possuem autorização de funcionamento da entidade.

O evento contou com a presença do Diretor Presidente da Fundação Brasileira de Ciências Policiais (FBCP), Dr. Getúlio Santos, da Coordenadora Geral de Controle de Segurança Privada, Dra. Silvana Borges, do Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST, Jeferson Furlan Nazário e do Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo, João Palhuca.

Segundo o presidente da FENAVIST, é muito importante o alinhamento da campanha nacional e estadual para que as ações possam ser fortalecidas e a população possa entender a importância da contratação de uma empresa regular e os perigos a que está exposta com as clandestinas. O presidente lembrou que o Estatuto da Segurança Privada, Projeto que está em andamento no Congresso trará benefícios como: “a definição clara e segura de todos os aspectos ligados à Segurança Privada, incluindo a responsabilidade das empresas, benefícios específicos para os empregados e a competência dos órgãos fiscalizadores. O Estatuto disciplina questões específicas da atividade, tais como a criminalização da Clandestinidade com pena para a atuação irregular ou sem autorização da Polícia Federal. O combate à Clandestinidade gera novos empregos, impulsiona a economia e dá maior segurança para a população”, conclui Nazário.



Acima, Jeferson Furlan Nazário durante o lançamento da Campanha “Etapa São Paulo”.



Ao lado, João Palhuca, Presidente do SESVESP, falou sobre os males da clandestinidade no mercado de segurança e na sociedade”.



Dra. Silvana Borges detalhando a importância e a forma do treinamento dos policiais para o efetivo combate à clandestinidade

A Luta contra a Clandestinidade

Lançamento SESVESP



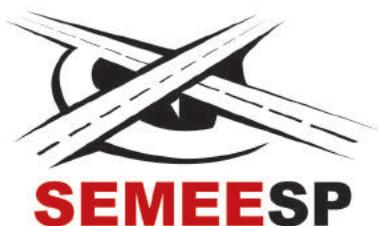
A cartilha da Campanha Nacional de Prevenção e Combate a Segurança Clandestina, 'Como contratar SEGURANÇA PRIVADA LEGAL e QUALIFICADA', traz importantes orientações para não errar na hora de escolher a empresa certa

Com o objetivo de conscientizar a sociedade em contratar somente empresas de segurança privada cadastradas e autorizadas pela Polícia Federal, a FENAVIST (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores), lançou agora junto com o SESVESP (Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo), a campanha contra a clandestinidade.

A contratação de empresas clandestinas pode colocar em risco a vida ou o empreendimento do cliente.

Dra. Silvana Borges - Coordenadora da CGCSP,
Jeferson Furlan Nazário - Presidente da FENAVIST,
Dr. Licínio Nunes de Moraes - Chefe da DAPEX,
Mário Baptista - Empresário,
Marcos Paiva - Presidente da ABTV
e Ivaldo Vicente Naves - Empresário,
no lançamento da campanha em Brasília





**Sindicato das Empresas de
Escolta do Estado de São Paulo**

**O primeiro e único Sindicato Patronal no
Brasil que representa exclusivamente a
classe econômica da Escolta Armada.**

Fundado em 09 de Junho de 2.010, com o intuito de melhorar o seguimento da Escolta Armada, o SEMEESP trouxe uma maior representatividade das empresas perante negociações feitas defendendo os interesses da classe patronal da Escolta Armada.

Sindicato das Empresas de Escolta
do Estado de São Paulo



Rua Bernardino Franganiello, 691
Casa Verde-SP - Cep 02512-000
adm@semeesp.com.br

Tel: + 55 11 2537-8301

www.semeesp.com.br

SEMEEESP atua pela representatividade do segmento de escolta armada

Esse segmento essencial para a economia do país tem representatividade assegurada pela atuação do SEMEEESP – Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo

Há muito tempo, a Escolta Armada tem demonstrado ser uma ferramenta importantíssima na Proteção de Carga transportada por todo território Nacional. Atualmente, é impossível falar da cadeia completa de distribuição e logística sem citar a utilização da Escolta Armada. De acordo com o SEMEEESP – Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo, desde 2012, o Brasil é campeão mundial em número de escoltas armadas: mais de 1.200 todos os dias. Em São Paulo, há 167 empresas de escolta armada autorizadas pela Polícia Federal; no Brasil, são cerca de 400 empresas. 85% dos roubos de carga no estado acontecem em um raio de 150 km da capital paulista. As rodovias Anhanguera e Bandeirantes estão entre as mais perigosas, já que promovem a ligação entre a capital paulista, um dos principais terminais de carga do País e o aeroporto de Viracopos, em Campinas; além de concentrar dezenas de empresas que fabricam e montam produtos eletrônicos.

A Segurança Pública, por mais que seja eficiente, não consegue ser onipresente, ou seja, jamais conseguirá estar em todas as estradas, rodovias e vias onde se transportam produtos acabados, insumos e alimentos visados pela criminalidade. A Escolta Armada está no mercado da Segurança Privada, não para competir com a Segurança Pública, mas para ser um braço complementar a ela, trazendo verdadeiramente a sensação de Segurança às cargas escoltadas e seus motoristas em todas as vias e rodovias que transitam, externando



Autair Iuga, Presidente do SEMEEESP

obviamente a todos os usuários, pela sua ostensividade e caracterização de empresa regulamentada e autorizada.

Em São Paulo, o mercado tem tanta expressão que um sindicato foi formado para dar mais representatividade e resultados às empresas especializadas: o SEMEEESP, presidido por Autair Iuga, profissional com 32 anos de carreira e diretor-presidente da Macor Segurança e Vigilância Ltda. Iuga conta, através da entrevista a seguir, mais sobre o desenvolvimento do mercado de escolta armada e quais os benefícios sociais que essa atividade traz à economia brasileira. Acompanhe:

REVISTA FENAVIST – Como surgiu a ideia de criar um sindicato especializado em escolta armada?

Autair Iuga: O SEMEEESP, que hoje conta com 34 empresas

associadas, foi criado em 2010, para atender às necessidades e ao clamor dos próprios empresários dessa atividade. Nós tínhamos uma representação através do SESVESP (Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de São Paulo), mas por tantas outras atividades que o congregam, a escolta armada nem sempre recebia a atenção que o mercado e os empresários necessitavam. Então na gestão do presidente José Adir Lioiolo, em um ato de generosidade e visão de futuro, a diretoria do SESVESP concordou em desmembrar a atividade de Escolta Armada, e propiciar a criação do SEMEESP, do qual fui convidado a ser presidente. Em 2014, conseguimos finalmente o nosso registro sindical, e estamos legalmente constituídos, sendo os legítimos representantes da classe patronal de escolta armada, com um relacionamento profícuo com a classe laboral, e também com os representantes legislativos e reguladores do mercado.

REVISTA FENAVIST – Quais as conquistas alcançadas pelo SEMEESP nesses primeiros anos de sua criação?

AI - Conseguimos grandes feitos para a escolta armada, como o lançamento da Cartilha de Escolta Armada e Segurança Pessoal Privada, que tem o objetivo de informar e orientar as empresas de segurança privada e cursos de formação de vigilantes que praticam e capacitam os profissionais da atividade de escolta armada no Brasil, e todo corpo operacional sobre procedimentos, normas de segurança e interatividade com a Lei Federal 7.102/83. O material tem a intenção de proporcionar uma interação entre executor (vigilante de escolta), operacional (coordenadores da operação de escolta na base e em campo), empresa e empresário, em todo território nacional.

Além disso, conseguimos a isenção parcial do rodízio de veículos em São Paulo (quando atuando na proteção de veículos de transporte de valores, as viaturas de escolta armada são liberadas das exigências do rodízio), e estamos batalhando junto ao PL 4238/12 no que se refere à isenção total do rodízio de veículos por parte da escolta armada.

REVISTA FENAVIST – Quais os impactos socioeconômicos gerados pela imposição do rodízio municipal de veículos para a atividade de escolta armada?

AI – O rodízio municipal de veículos, em São Paulo, nos

causa problemas de natureza social, além de econômica. Pois além de termos que ampliar a frota em ¼ a 1/3 para suprir as necessidades diárias das operações, há dificuldades sociais geradas pelas eventuais multas que os vigilantes acumulam em suas carteiras de habilitação, derivadas muitas vezes por atrasos em congestionamentos e consequentes infrações em horários restritos. Ou seja, o motorista está em um carro, cuja placa está restrita de veicular naquele determinado dia e um congestionamento o retém mais do que o devido no trânsito. Ao continuar em seu caminho de volta à empresa, muitas vezes é multado. Essas multas podem acabar se acumulando de tal forma, que o vigilante às vezes não pode continuar trabalhando por ter sua habilitação suspensa. Então, ao invés de propiciar o emprego e a atividade econômica, essa proibição causa mais entraves e gastos desnecessários. Levamos esse problema a diversas instâncias e conseguimos também através da FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Vigilância e Transporte de Valores, que essa questão fosse abordada no novo Estatuto da Segurança Privada que está sendo apreciado na Câmara dos Deputados, em Brasília. Foi feita a seguinte sugestão de alteração no Estatuto:

Art. 6º

§ 4º Os veículos especiais de transporte de numerário e de valores e de escolta armada são considerados prestadores de serviços de utilidade pública, para fins da legislação de trânsito, gozando da prerrogativa de livre parada ou estacionamento.

REVISTA FENAVIST - O senhor, além de presidir o SEMEESP, também ocupa outros cargos em entidades correlatas ao mercado. Quais são e quais os benefícios obtidos?

AI – Sou pós-graduado na Escola Superior de Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, instrutor de tiro há mais de 20 anos e instrutor pela SWAT, nos Estados Unidos. Como representante classista, sou Vice-Presidente para Assuntos de Escolta Armada da Fenavist, Diretor de Escolta Armada de outras duas importantes entidades do setor: da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (Abrevis) e do Sindicato das Empresas de Segurança do Estado de São Paulo (Sesvesp). Em todas as instituições que a escolta armada está presente eu tenho uma cadeira

representativa porque realmente é um assunto pelo qual eu sou apaixonado.

Também faço parte da maioria dos grupos que envolvem estudos da segurança pública e privada, como é o caso do Procarga de Goiás, que tem relacionamento direto com a Secretaria de Segurança Pública, e com as autoridades de Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, a sociedade civil em comum e os próprios sindicatos das empresas de segurança. No Procarga, os trabalhos têm apontado que se não tivermos um núcleo de inteligência que reúna dados da Segurança Pública e Privada, quem vai vencer é o crime organizado. E nós sabemos que a única coisa que acaba com o crime organizado é a inteligência e o corte de aportes financeiros. Estaremos mais aptos a vencer o crime organizado com a unificação dos setores de Inteligência das Polícias, e com a aproximação da atuação dos organismos de Segurança Pública com a Segurança Privada.

REVISTA FENAVIST – Escolta Armada é uma atividade singular. Quais suas principais características e por que é tão difícil o êxito nesse ramo?

AI - Sem menosprezar as demais atividades da segurança privada, que eu também executo, a escolta armada tem uma especificidade muito grande. Hoje para entender de escolta armada, é preciso ser exímio em logística, e saber otimizar ao máximo os recursos materiais, humanos e seus deslocamentos para ter um racionamento dos custos, além da pontualidade e disponibilidade dos serviços prestados. Além disso, os riscos envolvidos são muito grandes, pois temos que ter no mínimo dois homens, três armas, sendo duas curtas e uma longa, o veículo tem que ser rastreado e logotipado. E às vezes o veículo circula em uma rodovia em 40, 80, 100km sem nenhum tipo de posto da polícia rodoviária federal ou estadual. Mas a simples presença de um carro de escolta armada já externa uma maior sensação de segurança para todos os usuários da via, não só para a carreta ou para o caminhão que está sendo escoltando.

REVISTA FENAVIST – Quais os requisitos para ser um profissional de escolta armada e como prepará-lo bem para essa atividade?



AI - Todos profissionais possuem treinamento obrigatório e cursos fiscalizados pela Polícia Federal; e as empresas complementam esses treinamentos. Todos utilizam coletes de proteção balísticos, possuem seguro de vida e assistência médica extensiva a família. Além do mais, todas viaturas são dotadas de sistema de rastreamento por satélite com botão de pânico remoto possibilitando acionamento de apoio operacional e policial. Os vigilantes trabalham também com armas curtas, revólveres e pistolas, além de armas longas do tipo carabinas calibre 12 ou 38. A missão principal é proteger a própria vida e obviamente o bem escoltado.

REVISTA FENAVIST - O setor sofre com a prestação de serviços clandestinos? Quais os riscos de se contratar serviços de empresas não especializadas e autorizadas pela Polícia Federal?

AI- Sim, hoje existem muitos clandestinos, como agentes da lei fazendo bico e motoboys entregadores de pizza acompanhando carretas e dizendo fazer escolta. O risco é enorme, pois isso agrega perigo à carga e ao contratante, pois se houver sinistro, será negada a indenização pela seguradora. O transportador ficará com prejuízo e pode literalmente quebrar o seu negócio.



Carregamos com orgulho nossa marca no peito.



O maior diferencial da PROTEGE não está somente na combinação de projetos customizados. Está também na mão de obra qualificada, rigorosamente selecionada e adaptada à realidade de cada segmento de atuação. Nossos vigilantes, armados ou desarmados, são altamente capacitados e treinados para executar ações de proteção ao patrimônio. Conte com a força desta marca.

- SEGURANÇA PATRIMONIAL • GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCO (PROJETOS ESPECIAIS)
 - ESCOLTA ARMADA • SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA (VSP)
- SERVIÇOS COMPLEMENTARES (RECEPÇÃO, PORTARIA, FISCAL DE PISO, ENTRE OUTROS)

GRUPO PROTEGE





**10-12
MAIO
2016**



EXPOSEC

XIX INTERNATIONAL SECURITY FAIR



**SÃO PAULO
EXPO
SP - BRASIL**



A MAIOR FEIRA DE SEGURANÇA DA AMÉRICA LATINA

THE BIGGEST SECURITY FAIR OF LATIN AMERICA

10-12 • MAY • 2016 • SAO PAULO • BRAZIL

Garanta já o seu espaço!
Guarantee your area now!

Tel / Phone: +55 (11) 5585-4355 / +55 (11) 3159-1010

www.exposec.com.br

comercial@fieramilano.com.br

[f/exposec.brasil](https://www.facebook.com/exposec.brasil)

Realização
Realization



Mídia Oficial
Official Media



Local
Venue



Evento Simultâneo
Simultaneous Event



Organização e Promoção
Organization and Promotion



ABREVIS E FENAVIST

Comprometidas com a valorização da segurança privada

Como a primeira Entidade Nacional, a ABREVIS – Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança, desde 1970, vem dedicando esforços para fortalecer o segmento da segurança privada no plano institucional. Nestes últimos cinco anos a entidade intensificou a sua atuação voltada para a valorização das nossas atividades, com várias medidas em andamento que começam a evidenciar os primeiros sinais de mudanças afirmativas para a nossa classe empresarial, em novo cenário nacional que se avizinha, após décadas de reconhecidas dificuldades.

Irmanados com a FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, desde a sua criação, estamos juntos trabalhando em busca de situar em patamar cada vez mais elevado a representatividade nacional das nossas entidades, de modo a dignificar o status da segurança privada no Brasil.

Ao buscar tais condições a Entidade almeja sensibilizar as autoridades competentes sobre temas que dizem respeito aos legítimos interesses da nossa categoria empresarial, sempre no intuito de participar tanto na formulação de propostas concretas de importância para o Setor, como também no acompanhamento de todos os assuntos relevantes, consoante descrevemos abaixo de forma resumida sobre os trabalhos da ABREVIS: Projeto do Estatuto da Segurança Privada; Atualização das normas internas da Polícia Federal so-



José Jacobson Neto, Presidente da ABREVIS



bre segurança privada; Atuação junto à Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – CGCSP / DPF; É membro da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada – CCASP / DPF; Participação da segurança privada nos grandes eventos; Inserção da segurança privada na Lei Geral da Copa; Acompanhamento de Projetos Legislativos; Convênio com a Fundação da Polícia Federal; Parceria com o Projeto Soldado Cidadão das Forças Armadas; Contratação, Reaplicação e Reequilíbrio Contratual;

Audiências no Ministério do Trabalho e Emprego; novos nichos de mercado no segmento de segurança privada, dentre outros.

A ABREVIS representa hoje um papel importante na integração e cooperação entre empresas de segurança de diversos países, especialmente no Mercosul, através de sua efetiva participação nas Entidades do segmento, tendo já presidido a Federação Sul-americana de Segurança Privada em duas oportunidades.

MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM EM DEBATE NA CEBRASSE

Com auditório lotado, e participação da Dra. Soraya Santos, advogada da FENAVIST, advogados e empresários debateram a mediação e arbitragem, temas de palestras ministradas por Percival Maricato e Fernando Marques, na sede da Cebrasse, no dia 29 de setembro passado

Os advogados concluíram que, entre as atividades produtivas, o setor de Serviços é o mais atrasado na adesão a formas extrajudiciais de solucionar pendências entre empresas, e dessas com fornecedores, clientes, trabalhadores etc.

De acordo com eles, é necessário esforço urgente para colocar o setor no amplo movimento que vem existindo na sociedade, nesse sentido.

Coube aos palestrantes explicar os objetivos e fundamentos jurídicos e sociais da mediação e da arbitragem, a evolução em outros países, a importância que têm para o Brasil diante da dificuldade de o Judiciário funcionar a contento, e também a simplicidade desses mecanismos quando comparados aos complexos e intermináveis processos judiciais. São proporcionalmente mais baratos, muitíssimos mais ágeis e eficientes para terminar pendências, permitindo que os empreendedores recuperem a segurança jurídica, beneficiando a economia, o emprego, a produção e a competitividade” declarou Percival Maricato, para quem o Judiciário se tornará cada vez mais moroso nos próximos anos.

O debate também discutiu o uso da mediação e arbitragem nas áreas pública, do consumidor e trabalhista. Para o vice-presidente Jurídico da Cebrasse, apesar de as cláusulas que permitiam arbitragem nas áreas trabalhistas e do consumidor terem sido vetadas em lei recente, isso impede que o setor empresarial continue batendo às portas da Justiça, exigindo respeito aos cidadãos e fórmulas extrajudiciais de, sem o intervencionismo judicial, tomar decisões de seu interesse. Professor de Direito em economia da PUC/SP e criador de vários institutos que lidam com esse teor, Fernando Marques palestrou também sobre mediação, mostrando o quão importante pode ser o instituto para acabar com controvér-



Debate destaca urgência do setor de serviços aderir a métodos alternativos para a solução de conflitos

sias, especialmente onde há conteúdo emocional.

“Estamos em uma sociedade de massas, pós-industrial, caracterizada pelo uso da eletrônica, onde tudo muda com rapidez, e o aparecimento de controvérsias será cada vez mais comum. O Judiciário não está preparado para acompanhar essas mudanças e cabe à sociedade procurar fórmulas alternativas de resolvê-las. A mediação e a arbitragem são as importantes no momento e podem ser levadas a efeito pela Internet”, afirmou o professor e árbitro de prestigiados institutos.

Maricato assegurou que já está em fase adiantada a criação de uma Câmara de Mediação e Arbitragem para o setor de serviços, que terá atuação nacional, visando dinamizar a atividade, e evitar que o empresariado do setor fique paralisado à espera de decisões judiciais que demoram, e, quando surgem, muitas vezes são decepcionantes.

“Em muitas situações, é melhor perder uma causa rapidamente do que vencê-la após muitos anos, quando essa vitória, após muitas despesas e angústia, poderá nem ter utilidade” conclui Marques no fechamento do debate.

Destaque para a presença de Emmanuel Correia, renomado advogado do setor de Serviços em Pernambuco, de onde veio especialmente para o debate, no qual relatou suas experiências vitoriosas com mediação e arbitragem em Recife.

PROGUARDA é parceira do Hospital Araújo Jorge

Ajudar o próximo é uma postura que vem sendo adotada por muitas empresas, que compartilham do amor ao próximo se solidarizando no objetivo de bem comum. Com intuito de incentivar empresários, funcionários e empresas associadas, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST começa a apresentar nas edições de sua revista, projetos de ações sociais das empresas, contanto como tem sido a experiência de ajudar ao próximo e aumentando a solidariedade.

A PROGUARDA - empresa de segurança de Goiânia – GO, que já está no mercado há quatro anos é um dos grandes exemplos de empresa solidária. Desde 2014, a empresa mantém uma parceria com a Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG), mantenedora do Hospital Araújo Jorge, referência no tratamento oncológico na região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Desde então, a Proguarda tem realizado várias campanhas e doações em prol das causas da associação.

A Campanha Empresa Amiga realizada pela ACCG, em 2014, possibilitou a doação de um aparelho Cardioversor Bifásico para o setor de Oncologia Pediátrica do Hospital Araújo Jorge, no valor de R\$ 11.035,50. Em 2015, a Proguarda realizou a doação de 200 kg de papéis para reciclagem, cujo valor de venda serviu para ajudar a custear a manutenção do Hospital.



Funcionários na II corrida de prevenção contra o câncer de mama.

Em mais uma campanha de apoio a ACCG, a Proguarda, divulgou uma campanha do 1º leilão solidário para a Associação, onde houve a participação de muitas pessoas e principalmente, funcionários da empresa.

Internamente, a empresa realiza campanhas entre seus colaboradores, incentivando a doação de sangue e a coleta seletiva de materiais recicláveis, além da realização de eventos interno mensais e doações. Destaca, por exemplo, as ações voluntárias de seus colaboradores em suas comunidades em boletins informativos, servindo de inspiração para os demais.

A empresa participa, também, de corridas para promover as campanhas de prevenção contra o câncer como o outubro rosa que divulga o câncer de mama, e conta com um número grande de participantes.

Para a Proguarda, o que ela tem realizado ainda é pouco diante da demanda existente “Infelizmente, parte de nossa sociedade ainda se encontra vulnerável, diante das deficiências dos serviços públicos, mas se cada empresa fizer um pouco poderemos ajudar a melhorar a vida de muitas pessoas”.

O analista de comunicação da Proguarda, Marcelo Pedro da Silva comentou sobre a importância de participar de uma campanha solidária: “nosso trabalho social iniciou-se com o voluntariado junto às crianças e estendeu-se para ajudas financeiras, como esta. Ainda, assim, entendemos que são atitudes mínimas perto da real necessidade desta instituição. Inclusive, conclamamos todos os empresários, que incluam a filantropia em suas corporações, cooperando com alguma entidade assistencialista ou que se juntem a nós e ajudem a Pediatria do Hospital Araújo Jorge em Goiânia”.



Congresso Nacional do Sicomércio 2015 foi realizado no Rio de Janeiro

Evento debateu temas de interesse das Federações e Sindicatos Patronais, ligados a temas sobre sustentabilidade das entidades sindicais



A atuação sindical patronal foi o grande tema da edição 2015, do Congresso Nacional do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio – Sicomércio, realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de 28 a 30 de outubro, no Rio de Janeiro.

Esse ano, um dos principais temas do congresso abordou a atuação sindical patronal e debateu os temas ligados a seis eixos que dão sustentação às entidades sindicais que são: relações sindicais, atuação legislativa, atuação

gerencial, produtos e serviços, comunicação e representação. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello iniciou a programação com a palestra magna na qual destacou a importância dos empresários do comércio para o desenvolvimento do país. Para Marco Aurélio Mello, os empresários do comércio são verdadeiros “artífices da riqueza nacional” e mencionou o cenário de crise como um momento importante para “haver troca de idéias e reflexões”.

Outro tema relevante durante o encontro foi a modernização das rela-

ções trabalhistas. Para o palestrante e professor do Departamento de Economia e de Administração da PUC, José Pastore, os gestores precisam “reforçar os valores da empresa e procurar diminuir custos para evitar demissões. A crise é longa e exige esforço de todos para superá-la. Não podemos desperdiçar a crise. É hora de atuar de forma coletiva e organizada” — concluiu.

A abertura oficial do evento aconteceu na noite do dia 28, com um jantar na casa de eventos Ribalta, na Barra da Tijuca.

ABESE promove congresso gratuito sobre segurança eletrônica



Da esquerda para a direita, Alexandre Guedes, secretário de Segurança Pública de Indaiatuba; Emerson Lombardi, palestrante da Genetec; Rony Rodor, diretor de Comunicação; Renato Prado, consultor, e Selma Migliori, presidente da ABESE.

A ABESE – Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança promoveu, no dia 12 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso ABESE 2015.

O evento contou com a presença de mais de 150 participantes, entre empresários e gestores de empresas do segmento de segurança eletrônica.

Durante a abertura oficial do evento, a presidente da ABESE, Selma Migliori, enfatizou a importância do congresso para “a atualização de conhecimentos, troca de experiências, networking e estímulo à geração de novos negócios”.

Após a fala de Selma Migliori sobre as conquistas da entidade – que completa 20 anos em 2015 - seus principais eventos, os benefícios que oferece a seus associados e os resultados e perspectivas do mercado, o congresso foi iniciado por uma análise da economia brasileira e expectativas, apresentada pelo diretor da PezcoMicroanalysis Consultoria Econômica, Cleveland Prates Teixeira.

A partir daí, ao longo do dia, os participantes tiveram aceso a informações sobre as mais avançadas tecnologias disponíveis para a implementação de um projeto integrado de segurança, inovações e tendências no serviço de faturamento, aplicação das leis ao negócio de segurança eletrônica e segurança cibernética.

Durante a abertura do congresso, a presidente da ABESE, Selma Migliori, relatou as principais conquistas da associação durante os seus 20 anos de atividade.



O congresso contou com mais de 150 participantes, entre diretores e proprietários de empresas de segurança eletrônica.

Exposição Internacional de Segurança – SICUR, será em Madri

Acontece no mês de fevereiro de 2016, na Espanha, a SICUR – Exposição Internacional de Segurança. A feira será realizada em Madri e irá reunir empresas, associações, sindicatos e federações em um evento direcionado a profissionais e usuários de segurança.

No ano de 2014, a exposição registrou a participação de 1.300 empresas e 38.963 visitantes de 74 países, tornando-se assim o maior evento do mercado no setor. Para esta edição já é esperado um público maior e a participação de novas empresas de ponta na área de segurança. A programação de debates e conferências terá temas ligados à segurança emergencial e tratará também de assuntos de empresas e produtos para a marinha, aeronáutica, soluções de espaço, de armamento, eletrônica e de software, veículos terrestres e outros desenvolvimentos feitos para o mercado civil.

Na oportunidade do encontro, vale a pena reservar um tempo e aproveitar a maior cidade do País, que tem uma população de aproximadamente 3,3 milhões de pessoas, com uma área metropolitana com cerca de 6,5 milhões de habitantes.

Viva e intensa, Madri tem grandes museus, hotéis incríveis e restaurantes maravilhosos.

Céu sempre azul (bem parecido com o de Brasília!), ótimas lojas e vários outlets.



Arquitetura moderna, parques floridos e verdes, uma verdadeira cidade cosmopolita, receptiva, animada e nem parece que passou por uma fase bem complicada economicamente. Quem gosta de vida noturna pode contar por boas opções em bares e boates.

Bom Gosto

A gastronomia é uma das principais atrações turísticas da Espanha. Mesmo sendo influenciada por cada região da Espanha, Madri, como todas as capitais do mundo, consegue preservar vivos suas receitas típicas e lugares centenarios para uma boa mesa.

O ponto alto da cozinha “a la madrileña” são as tapas, os famosos petiscos espanhóis, como presuntos crus, azeitonas temperadas, queijos variados, frutos do mar, carnes defumadas, entre outros. Tudo isso sempre acompanhado de um bom vinho espanhol.

Embora seja possível saborear tapas em qualquer bar ou restaurante de Madrid e sua região, as zonas do centro, La Latina, Chueca e Salamanca são as melhores da cidade.

Onde ficar em Madri

Madri oferece aos seus visitantes hotéis e albergues para todos os bolsos. Apesar de ser uma cidade grande, a maioria dos hotéis ficam localizados nos arredores do centro antigo, onde fica boa parte das atrações.

Se você está procurando um lugar central, considere a área de Puerta del Sol, que fica no coração da cidade, possibilitando fazer vários passeios a pé.

Passeios

Puerta del Sol

O ponto mais agitado de Madri, a praça data do século XIX, e está

sempre lotada, devido à grande concentração de lojas, bares e restaurantes localizados nos seus arredores.

Calle Mayor

A Calle Mayor liga a Puerta del Sol à Catedral de Almudena e ao Palácio Real. Ao longo desta rua, você encontrará diversos pontos importantes, como os pórticos que dão acesso à Plaza Mayor, e o Mercado San Miguel, um lugar maravilhoso, onde é possível provar o melhor da culinária espanhola, por ótimos preços. A rua tem também igrejas e vários bares e restaurantes antigos, cheios de charme.

Plaza Mayor

A atmosfera da Plaza Mayor é única, assim como sua arquitetura. A praça é repleta de cafés e restaurantes, que têm mesas posicionadas para que os visitantes aproveitem a paisagem, que é espetacular. Lá existem inúmeros estabelecimentos, com preços para todos os bolsos. Diferentemente de outras capitais europeias, os preços dos restaurantes e bares de Madrid são bem razoáveis, e você poderá provar pratos e bebidas de qualidade, sem precisar gastar uma fortuna.

Catedral de Almudena

A Catedral de Almudena é um dos mais famosos marcos de Madri, e um dos prédios mais impressionantes da cidade. A igreja tem proporções helênicas, e fica bem de frente para o Palácio Real. Sua fachada tem cores únicas, com pedras de tons azuis e cinzas.

Palácio Real

O Palácio Real é um dos mais impressionantes do mundo, e de um esplendor quase indescritível. Situado no topo de uma colina que

parece definir os limites da cidade, o palácio já abrigou algumas das dinastias mais importantes da Europa.

Jardins de Sabatini

Muitos visitantes se dão por satisfeitos ao visitar o Palácio Real, sem se dar conta de que ainda há muito mais para ser visto nos seus arredores. Na parte traseira do palácio, ficam os Jardins de Sabatini, um lugar perfeito para relaxar e apreciar a beleza do edifício.

Palácio de Cristal

Esta estrutura imponente foi construída em 1887, e, hoje em dia, abriga exposições de arte e eventos culturais. Todo de vidro e metal, o palácio forma uma bela paisagem, juntamente com as árvores e o lago ao seu redor.

Rosaledo

Desenhado como um labirinto, este rosário tem roseiras de todos os tipos e cores. Além do efeito visual, que é esplêndido, o perfume das rosas completa a experiência.

Plaza de Cibeles

A Plaza de Cibeles fica numa das principais encruzilhadas de Madri. No meio da praça, se encontra a Fuente de la Cibeles, batizada em homenagem à deusa romana da natureza, vista como um dos símbolos mais importantes da cidade.

Puerta de Alcalá

No meio da movimentada Plaza de la Independencia, se encontra a Puerta de Alcalá, uma das atrações mais famosas de Madri.

Museu do Prado

O Prado é considerado um dos melhores museus da Europa. Seu acervo é impressionante, e tem obras de mestres renomados, como Goya e Rembrandt.

Gran Vía

Uma das áreas mais importantes da cidade, a avenida tem inúmeras lojas, teatros, bares e restaurantes. O que torna a Gran Vía especial é a arquitetura dos seus prédios, que é grandiosa e diversa. Todas as fachadas são únicas, com uma riqueza de detalhes impressionante.



Puerta del Sol, o ponto mais agitado de Madri.

O ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA



Cléria Santos

Consultora Parlamentar da FENAVIST



O grande desafio que se impõe hoje, ao setor da segurança privada brasileira no Congresso Nacional, é a aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada.

Desde 2009 foram instaladas três Comissões Especiais na Câmara dos Deputados, que tinham por objetivo discutir a atual legislação que regulamenta o setor, a Lei 7.102/83, que já há muito, necessita de modernização, haja vista a complexidade da segurança pública nacional.

A primeira Comissão Especial foi instalada em 2009, para apreciação do PL 4436/08 e seus apensados, tendo sido Presidente o Deputado Filipe Pereira (PSC/RJ) e como relator, o Deputado Professor Sétimo (PMDB/MA).

Após ampla discussão, a Comissão foi encerrada com o fim da legislatura sem que o Parecer do Relator chegasse a ser apreciado pela Comissão.

Em 2014 foi instalada a segunda Comissão Especial, desta vez para apreciar o PL 4238/12, que teve a sua origem no Senado Federal (PLS 135/10), de autoria do Senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), que trata da questão do piso salarial dos vigilantes. Este projeto foi aprovado no Senado Federal em 2010 e remetido à Câmara dos Deputados onde já tramitavam 119 projetos de lei que tratam dos vários temas que envolvem

a segurança privada. Desta forma, o PL 4238/12 foi apensado aos demais projetos de lei em tramitação na Câmara.

O Presidente da Comissão foi o Deputado Laércio Oliveira (SD/SE) e o relator designado, o Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA).

Apesar de todos os esforços e amplas discussões, o relator não chegou a apresentar o seu parecer e a Comissão Especial encerrou os seus trabalhos com o fim da legislatura.

Este ano, a terceira Comissão Especial foi instalada em março, tendo sido Presidente, o Deputado André Moura (PSC/SE) e relator, o Deputado Wellington Roberto (PR/PB), que após amplo debate com todos os agentes envolvidos: Governo, Setor Patronal, Setor Laboral, apresentou o seu Substitutivo, compilando todos os projetos.

O Substitutivo, que “institui o Estatuto da Segurança Privada e das Instituições Financeiras”, foi aprovado na Comissão Especial em setembro deste ano.

Desde outubro o projeto encontra-se na pauta do Plenário da Câmara aguardando a votação.

O relator, Deputado Wellington Roberto, optou como ponto de partida do seu relatório, o texto do PL 8052/14, de autoria do deputado Laércio Oliveira (SD-SE), por considerar que “tal proposição legislativa apresenta uma visão bem madura do problema”.

O Substitutivo do relator, que brevemente deverá ser votado pelo Plenário da Câmara, abrange todos os aspectos da segurança privada: - empresas de segurança privada; - empresas de segurança eletrônica; - dos profissionais da segurança privada; - das escolas de formação de vigilantes; - da segurança privada em instituições financeiras; - do transporte de valores; da jornada de trabalho 12 X 36; - do uso de armas de fogo; - da fiscalização e controle; - da criminalização da clandestinidade; e - do piso salarial.

Um dos pontos mais discutidos do relatório foi exatamente a questão do piso salarial nacional dos vigilantes, que, ao final, ficou definido que os salários sejam determinados em acordos e convenções coletivas, respeitando as diferenças regionais no Brasil. Segundo relator, Deputado Wellington Roberto, “a opção pela negociação coletiva para fixar piso salarial deve prevalecer sobre a ideia, já ultrapassada, de que ‘piso’ deve ser estabelecido por lei. O texto constitucional dispõe que só o salário mínimo deve ser estabelecido por lei”.

O trabalho incessante da FENAVIST, no Congresso Nacional, tendo à frente, o Presidente Jefferson Nazário, e com a colaboração efetiva de todos os empresários, certamente tem sido fator preponderante para a aprovação da nova lei, que, segundo o Presidente da FENAVIST, “trará mais segurança jurídica para o setor, segurança esta tão esperada nos últimos vinte anos, para que o setor possa crescer e gerar ainda mais empregos”.

STF - LIMINAR SUSPENDE DECISÃO DO TST SOBRE CORREÇÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas. A decisão do TST, proferida em agosto deste ano, afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Segundo a liminar do ministro Dias Toffoli, concedida em Reclamação (RCL 22012) ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), a decisão do TST extrapolou o entendimento fixado pelo STF no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425, relativas à sistemática de pagamento de precatórios introduzida pela Emenda Constitucional (EC) 62/2009.

Além disso, a alteração da correção monetária determinada pela corte trabalhista atingiu não só o caso concreto, mas todas as execuções em curso na Justiça trabalhista. Isso porque na mesma decisão o tribunal decidiu oficiar ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para providenciar a ratificação da “tabela única” da Justiça do Trabalho.

O relator destacou que a tabela em questão possui caráter normativo geral e tem o condão de esvaziar a força normativa do artigo 39 da Lei 8.177/1991, na qual foi fixada a TRD para a correção de

Na mesma decisão o tribunal decidiu oficiar ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para providenciar a ratificação da “tabela única” da Justiça do Trabalho.



Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF)

débitos trabalhistas. Em análise preliminar do caso, o ministro afirmou que a posição adotada pelo TST usurpou a competência do STF para decidir, como última instância, controvérsia com fundamento na Constituição Federal, uma vez que o referido dispositivo da Lei 8.177/1991 não foi apreciado pelo Supremo em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou mesmo submetido à sistemática da repercussão geral.

Por fim, assinalou que a decisão do

Supremo nas ADIs sobre o regime de precatórios – julgando parcialmente inconstitucional a EC 62/2009 – não alcançou a hipótese tratada pelo TST, relativa a débitos trabalhistas, mas tão somente débitos da fazenda pública. “Essa tabela implementa o IPCA-E como índice de atualização monetária de débitos em hipóteses diversas da que foi submetida à análise desta Suprema Corte nas ADIs 4357 e 4425 – dívida da Fazenda Pública no período entre a inscrição do débito em precatório e seu efetivo pagamento.”

XXVIII Geasseg aconteceu em Manaus



Nos dias 24 a 26 de setembro, realizou-se o XXVIII GEASSEG - Seminário de Executivos dos Setores de Asseio, Conservação e Segurança Privada em Manaus (AM). Esse evento foi promovido e organizado pelas entidades: SINDESP/AM, SEAC/AM, FENAVIST e FEBRAC. Neste ano, contou com o apoio da coordenação da Sra. Catarina Crizólogo, do SEAC/MG (eleita coordenadora do GEASSEG no último evento).

O Seminário reuniu diversos executivos, de diferentes Estados e tem como objetivo propor novos conhecimentos,

novos serviços e intercâmbios de informações e ideias sobre como melhorar as linhas de ação do Grupo, visando à qualificação profissional das entidades patronais, a capacidade gestora de prestação de serviços das entidades, com isso, viabilizando um aumento do associativismo e de receita sindical. Esse encontro acontece semestralmente e vem demonstrado significativos avanços nas metas traçadas, prestando uma importante colaboração no crescimento das entidades sindicais e nas federações.

O Grupo de Executivos de Sindicatos das Empresas de Asseio, Conserva-

ção, Vigilância e Segurança Privada (GEASSEG) já foi responsável por diversos trabalhos, como por exemplo: ações contra cooperativas de mão-de-obra; modelo de reequilíbrio econômico-financeiro (ação judicial); novas técnicas de arrecadação sindical; manual de normas e procedimentos de rotinas sindicais; palestras de excelência no atendimento; cartilha ao tomador de serviços; estudo sobre a reforma sindical e do projeto de lei sobre terceirização de serviços; ações concretas e com êxito contra o modelo de licitação chamado pregão eletrônico; entre outros assuntos.

PRESIDENTE DA FENAVIST PARTICIPOU DE ENCONTRO REGIONAL DE EMPRESÁRIOS DE SEGURANÇA, EM SÃO PAULO



O Presidente da FENAVIST, Jeferson Furlan Nazário (à direita), participou da abertura do ERESP ao lado de José Jacobson Neto (Pres. da ABREVIS), João Palhuca (Pres. do SESVESP), Mirian Bazote (Delegada Regional do SESVESP) e Jacymar Dalcamini (Pres. do SINDESP-ES)

O Presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, participou no dia 23 de setembro, da 2ª Edição do Encontro Regional das Empresas de Segurança Privada (ERESP), realizada pelo SESVESP - Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo. O evento teve como objetivo levar ao conhecimento dos associados informações relevantes para o segmento, apresentando e discutindo novas tendências de mercado para se alcançar metas.

O evento contou com a palestra da jornalista Cristiana Lôbo, que falou sobre o tema Crise e Oportunidade, perspectivas para o futuro sobre o mercado e a política. Outro palestrante convidado foi o psiquiatra, escritor e empresário com diversos livros publicados, Roberto Shinyashiki.

Mas o ponto alto do evento foi a mesa formada pelo Presidente Jeferson Nazário; por José Jacobson Neto, Presidente da ABREVIS; e por João Pa-

luuca, Presidente do SESVESP; para comunicar aos empresários os pontos mais polêmicos do Estatuto da Segurança, que ainda está em discussão na Câmara dos Deputados.

Diversos temas foram apresentados como jornada de trabalho, cotas de deficientes, menores aprendizes, e a criação do Conselho Nacional de Segurança Privada.

Após a breve explanação o Presidente Nazário encerrou sua participação frisando: “temos que continuar o trabalho de tantas pessoas que atuaram na construção do Estatuto. Por isso fiz questão de vir aqui e agradecer ao SESVESP, que está apoiando as ações da FENAVIST. Estamos ouvindo todo o empresariado, mas precisamos nos conscientizar que existem muitas frentes atuando nesse processo, cada uma defendendo seus interesses, e que o Estatuto possível talvez não seja o ideal.

Mas no Brasil de hoje, com a eco-

nomia apresentada para os próximos dois ou três anos, a única forma de continuarmos no mercado é sendo criativos e abrindo novos nichos de atuação. Nosso setor está muito atrelado à economia: se há crescimento econômico, nós prosperamos; se não há, começam as demissões.

Nós temos visto, por informações do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que com o advento do Adicional de Periculosidade o setor começou a estacionar, depois foi crescendo timidamente e nesse primeiro semestre foram extintos 15 mil postos de trabalho. E a tendência é diminuir mês a mês devido aos ajustes da economia. Geralmente, o primeiro item a ser cortado é a segurança privada. Quando o cliente não pede redução de preço, extingue o posto. E quando pede redução, vem um amigo nosso e pratica um preço inferior ao que cobramos. Esse é o nosso setor, por isso temos lutado para mudar essa característica tão perigosa e destrutiva”.

Fenavist e Febrac promovem Reunião com Assessores Jurídicos em Brasília



A mesa de abertura foi composta pelo Presidente da Febrac, Edgar Segato Neto, ao lado da Assessora Jurídica Celita Souza e do Vice-presidente para assuntos jurídicos da Fenavist, Jacymar Delfinno Dalcamini.

No dia 21 de outubro, foi realizada a Reunião com os Assessores Jurídicos da Fenavist e Febrac. A mesa de abertura foi composta pelo Presidente da Febrac, Edgar Segato Neto, ao lado da Assessora Jurídica Celita Souza e do Vice-presidente para assuntos jurídicos da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) Jacymar Delfinno Dalcamini.

A Lei de Licitações (Lei 8.666/93) foi um dos assuntos debatidos. Na ocasião, o Presidente da Febrac explanou sobre as sugestões do segmento para alteração na lei. “A proposta é alterar alguns artigos para garantir a lisura nos pagamentos, evitar que haja concentração de contratos, deixar claro tudo o que contém no edital, excluir do pregão serviços com fornecimento de mão de obra, entre outras modificações”, destaca.



Assessores Jurídicos de todo o país participaram da reunião



3ª Edição do FORSEG reúne empresários de segurança de todo o país

Nos dias 15 e 16 de outubro passado, o SINDESP de Minas Gerais realizou a 3ª edição do FORSEG – Fórum de Segurança de Minas Gerais. O evento contou com a participação dos associados ao sindicato e de empresários e autoridades do setor, como o Presidente da FENAVIST, Jeferson Furlan Nazário; além de Presidentes dos SINDESPs. Todos foram recepcionados pelo presidente do SINDESP/MG, Edson Pinto Neto.

“Esse evento vem trazer o conagraçamento e a integração do segmento, pois a troca de experiências entre os estados vem fortalecer o setor de segurança privada. Nessas reuniões, trazemos as novidades legais, sobre vários assuntos como trabalhistas, e outros. Essa troca de experiências é fundamental para o desenvolvimento do setor”, declarou Jeferson Nazário.

O Presidente do SINDESP/MG, Edson Pinto Neto, destacou que “com o FORSEG buscamos uma maior interação entre os empresários e também promover debates sobre temas que venham realmente engrandecer o segmento. Procuramos abordar, por exemplo, a questão da precificação dos serviços de vigilância para coibir a prática de preços inexequíveis que tantos males causam ao mercado e, muitas vezes, aos próprios trabalhadores do ramo. Precisamos tornar nossas empresas cada vez mais eficientes, para fazer frente à crise que já vem abalando o mercado mineiro e tantos outros obstáculos burocráticos que se opõem à nossa atividade”.



Alessandra Parreiras Fialho, Chefe da Seção de Relações de trabalho da SRTE de Minas Gerais; Edson Pinto Neto, Pres. do SINDESP-MG; Coronel Cícero Leonardo Cunha, Comandante do Policiamento de Belo Horizonte; e Jeferson Nazário, Pres. da FENAVIST.

Após a abertura, a Dra. Alessandra Parreiras Fialho, Chefe da Seção de Relações de Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego de Minas Gerais palestrou sobre “As Relações de Trabalho e seus Reflexos no Setor de Serviços Terceirizáveis”.

Louis Burlamaqui, especialista em psicologia organizacional, consultor na área de desenvolvimento de pessoas e plano de negócios, palestrou sobre “Venda Valor, não Venda Preço”, trazendo dinâmicas que levaram a plateia a rever os conceitos sobre vendas e valores aplicados aos negócios.

No dia seguinte, o Coronel Cícero Leonardo Cunha, Comandante do Policiamento de Belo Horizonte, fez

uma apresentação muito participativa sobre os fatores que aumentam a incidência criminal na atualidade, como maior tolerância social ao crime, e os mecanismos que a Polícia tem a seu dispor para combatê-lo. Além disso, versou também sobre a maior interação entre a segurança privada e a pública, principalmente na segurança de grandes eventos, e como essa experiência tem sido benéfica para a sociedade.

Para terminar o Fórum, sob o tema “Afinando sua Equipe – Comunicação e Relacionamento”, Fabiano Brum, escritor e palestrante de motivação, trouxe uma abordagem bem-humorada sobre a difícil tarefa de gerenciar equipes e direcioná-las a bons resultados.



SINDESP-DF realiza curso sobre o E-Social

No dia 24 de novembro passado, o SINDESP/DF e no SEAC/DF realizaram um curso gratuito sobre o E-Social para atualizar as informações e organizar treinamento para implantação do e-Social. Representantes das empresas associadas aos dois sindicatos participaram do evento durante todo o dia e puderam aprender sobre:

- Objetivos do sistema e as regras gerais para sua implantação
- Características técnicas do sistema
- Obrigações acessórias que serão substituídas e simplificadas (registro de empregados; CAGED; RAIS; folha de pagamentos; GFIP; DIRF; CAT e PPP)
- Fluxo das informações - considerações gerais
- Eventos cadastrais: cadastro do contribuinte; rubricas; cargo; função; lotação e cadastramento inicial
- Eventos trabalhistas, folha de pagamento e orientações
- Rotinas gerais
- Programa de unificação de Crédito – PUC
- Cronograma (Circular CEF nº 642/13)
- Penalidades (Lei nº 12.873/14)
- Tabelas do e-Social
- Sequenciamento Lógico
- Eventos da carga inicial
- Eventos da folha de pagamento
- RET – Registro de Eventos Tempestivos
- Envio dos Arquivos via Web Service
- Proposta do novo formato da folha de pagamento
- Estudo da tabela de rubricas da folha de pagamento - classificação da natureza salarial ou indenizatória das verbas trabalhistas
- Vinculação da tabela de incidências da empresa e a tabela de incidência padrão do e-social
- Padronização das rubricas
- Análise das verbas discutidas judicialmente
- Cadastramento inicial do vínculo
- Admissão de empregados e estagiários, férias e aviso prévio
- Alteração de dados cadastrais e contratuais
- Estabilidades legais e convencionais
- Funções e atribuições do cargo
- Atestados de Saúde Ocupacional (ASO)
- Movimentações temporárias e definitivas: acidente do trabalho, doença, aposentadoria por invalidez, salário maternidade, rescisões de contrato de trabalho entre outras; e muitos outros assuntos.



Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo

SEMEESP realiza treinamento de tecnologia da informação na Google



O SEMEESP realizou no dia 12 de novembro passado, um treinamento de tecnologia da informação na sede do Google, em São Paulo.

Os associados da entidade puderam conhecer as diversas funcionalidades dos aplicativos desenvolvidos para otimizar as operações das empresas de escolta, de natureza altamente dinâmica.

Cerca de 60 pessoas participaram do evento e saíram de lá com um novo horizonte a ser explorado em termos de tecnologia.



Coordenação e Regulação

Silvana Borges Vieira

No dia 14 de maio de 2013, a Delegada Silvana Helena Vieira Borges assumiu a Coordenação Geral de Controle da Segurança Privada do Departamento de Polícia Federal. Dra. Silvana volta à Coordenação, onde de 2001 a 2005 esteve à frente da Divisão de Controle e Fiscalização, com as melhores expectativas, e contente por ver o desenvolvimento do mercado de segurança privada.

Nascida em Itumbiara (GO), a delegada Silvana Borges é graduada em Direito pela Universidade Católica, possui especialização em Direito Administrativo pela Academia da Polícia Civil de Goiás; MBA em Gestão em Política de Segurança Pública, pela FGV; e está em fase de conclusão de MBA em Planejamento, Gestão e Orçamento, também pela FGV/DF. Dra. Silvana iniciou a carreira policial há 21 anos e atuou, também, como Coordenadora Geral de Planejamento de Modernização da Diretoria da Administração e Logística Policial. “Estou na Polícia Federal há 17 anos, como delegada, já tive oportunidade de trabalhar na Coordenação Geral de Controle da Segurança Privada entre 2001 e 2005, quando assumi a Divisão de Controle e Fiscalização. Comecei chefiando uma delegacia no interior do Maranhão, depois fui para a Superintendência em Goiânia, onde também chefeei a delegacia, vim para Brasília no final de 2001, para a CGCSP. Em 2005, fui para a Coordenação de Disciplina na Corregedoria Geral, em seguida fui Coordenadora Geral de Planejamento de Modernização da Diretoria de Logística. Nos últimos dois anos estive à frente da Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e agora, recentemente, fui convidada e voltei à Segurança Privada, agora desta vez como Coordenadora Geral”, conta.



Pioneirismo e Visão de Futuro

Marcelo Baptista de Oliveira

Marcelo Baptista iniciou sua carreira com o pai na empresa Conservadora Juiz de Fora, e logo depois foi trabalhar na primeira empresa de segurança do país, a SEG. “Aprendi os primeiros passos empresariais com meu pai. A questão da lealdade e da confiança que ele sempre passou ao mercado. Eu via meu pai fazer negócios de grande monta sem que a pessoa pedisse sequer uma assinatura a ele. E um fato do qual me orgulho muito é que eu comecei com muita dificuldade, mas nunca atrasei um dia minha folha de pagamento durante esses quarenta anos de negócio. Esse é o maior legado que eu tenho do meu pai – cumprir compromissos”, conta Baptista.

Em 1979, iniciou as atividades da Protege, com seis caminhões e cem homens. “Nosso início foi muito incipiente, o peso do carro era excessivo, o custeio que nós tínhamos de manutenção pelo peso excessivo era grande, o vidro blindado tinha problema na transparência – que trazia problema para os olhos dos que trabalhavam. Os vidros pesavam demais, e com o tempo nós melhoramos muito. É aquilo que eu falo, nossa indústria vai se acomodando, vai conhecendo e vai trabalhando. Nós não fomos buscar a solução de ninguém, nós criamos a nossa solução”.

Hoje, a empresa tem 18 mil colaboradores e consolidou-se como uma das mais importantes empresas de segurança e transporte de valores do país.

Fique ligado na nossa Agenda



Obs.: A agenda poderá sofrer alterações, favor confirmar na FENAVIST.

13 DE JANEIRO DE 2016

REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Salvador - BA

14 DE JANEIRO DE 2016

EVENTO DA LAVAGEM DO BONFIM - SINDESP/BA

Local: Salvador - BA

19 A 27 DE FEVEREIRO DE 2016

MISSÃO EMPRESARIAL A MADRI - ESPANHA

Local: Madri - Espanha

15 DE MARÇO DE 2016

REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR

Local: Brasília - DF

14 DE ABRIL DE 2016

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Vitória - ES

26 DE ABRIL DE 2016

REUNIÃO DE ASSESSORES JURÍDICOS (FENAVIST E FEBRAC)

Local: Brasília - DF

10 A 12 DE MAIO DE 2016

EXPOSEC 2016

Local: São Paulo - SP

11 DE MAIO DE 2016

REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR

Local: São Paulo - SP

14 DE JUNHO DE 2016

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Brasília - DF

12 DE JULHO DE 2016

REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR

Local: Brasília - DF

16 DE AGOSTO DE 2016

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÃO DE DIRETORIA

Local: Brasília - DF

13 DE SETEMBRO DE 2016

REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR

Local: Brasília - DF

18 DE OUTUBRO DE 2016

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Brasília - DF

18 DE OUTUBRO DE 2016

REUNIÃO DE ASSESSORES JURÍDICOS (FENAVIST E FEBRAC)

Local: Brasília - DF

29 DE NOVEMBRO DE 2016

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Brasília - DF



previsul

SEGURADORA



SEGURO
DE VIDA
+ FÁCIL
É ASSIM.

Com a Previsul, você tem muitos motivos para se sentir seguro. Primeiro, é o seu jeito de pensar que faz toda a diferença. Muito + descomplicada e simples, a Previsul tem produtos adequados às suas necessidades, tudo para você se preocupar com aquilo que realmente importa: a sua tranquilidade. Além disso, ela é membro do Grupo Caixa Seguros, sinônimo de segurança em todo o Brasil. Venha para um novo jeito de pensar seguros de vida.